

RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL

# Braskem é retirada do IBovespa

Empresa busca renegociar US\$ 10,9 bilhões em dívidas financeiras junto aos credores. Ações da petroquímica desabam 6,71%

» RAPHAEL PATI  
» PEDRO JOSÉ BORGES

Quando sequência à série de empresas brasileiras com dificuldade financeira que recorrem à Justiça para renegociar dívidas, a Braskem é a mais nova a entrar nessa lista com milhares de empresas na mesma situação. Na madrugada de ontem, a companhia informou ter um acordo com os credores para protocolar a recuperação extrajudicial. E, ao longo do dia, a Bolsa de Valores de São Paulo (B3) informou que retirou as ações da petroquímica da lista dos papéis do Índice Bovespa (IBovespa), principal indicador da B3, a partir de hoje.

A recuperação extrajudicial da Braskem foi acertada no prazo limite concedido pela 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo, que havia suspenso por 60 dias determinadas execuções e bloqueios de bens, na tentativa de dar fôlego à companhia em meio às negociações com os credores. Conforme informações do Fato Relevante enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a companhia informou ter dívidas financeiras para a renegociação com credores que chegam perto de US\$ 10,9 bilhões — o equivalente a R\$ 56,1 bilhões pelo câmbio encerrado ontem.

Após a Justiça paulista concordar com o pedido da Braskem, as ações da companhia despencaram mais de 6% na Bolsa de Valores de São Paulo (B3), ontem, e lideraram as perdas da B3, com queda de 6,71%, para R\$ 4,74, a menor cotação em cinco anos. Apesar do tombo da Braskem, a B3 fechou no azul, com alta de 0,51%.

Além do IBovespa, as ações da B3 foram retiradas de outros índices da B3, como o IBrX (Ibra), IBrX-50 (IBXX), Small Caps (SMLL) e Itag Along (Itag).

Segundo o comunicado da Bolsa publicado na Agência Bovespa, a exclusão ocorrerá ao preço de fechamento após o encerramento do pregão regular de 25 de agosto. E, com isso, a participação da petroquímica será redistribuída proporcionalmente entre os demais integrantes das carteiras, com ajuste nos redutores. No fim do pregão de ontem, a B3 ainda fechou no azul, como alta de 0,51%, aos 171.907 pontos.

Com mais de duas décadas no mercado petroquímico, a Braskem atravessa a pior fase da empresa desde quando foi criada, em 2002, com a fusão de seis empresas da Organização Odebrecht e do Grupo Mariani, e também esteve envolvida no escândalo deflagrado pela Operação Lava-Jato, da Polícia Federal.

A Braskem tem a Petrobras como uma das maiores acionistas. E, desde junho, o controle compartilhado entre

Reprodução/Braskem.com



Braskem lucrou R\$ 3,3 bilhões, no segundo trimestre do ano, mas resultado positivo não foi suficiente para recuperar a crise da empresa

a estatal e um fundo ligado à gestora IG4 Capital, que é conhecida no mercado por assumir o comando de empresas que estão em crise financeira e recuperar os ativos e a saúde dessas companhias.

Além disso, a estatal assumiu uma presença mais ativa nas decisões da empresa, o que teria contribuído para o aceite dos termos da recuperação extrajudicial. Na época, Hércio Tokeshi assumiu o cargo de CEO da Braskem e afirmou que a chegada da IG4, em parceria com a Petrobras, tinha o objetivo de “superar os desafios”, além de preservar a “relevância estratégica” da companhia para a cadeia química e petroquímica. “O foco, agora, é na execução: reorganizar a estrutura financeira, melhorar a eficiência operacional preservando a liquidez e otimizando a geração de caixa. Será um trabalho em conjunto com a Petrobras e a IG4 e com foco total no desenvolvimento da companhia”, disse.

Os novos gestores assumiram uma companhia que ainda passa por intensa volatilidade nas operações, além de pressão sobre as margens. Não bastassem os problemas internos, os controladores também têm de lidar com o aumento da concorrência global no setor, o que fez com que a companhia iniciasse um processo de revisão e fortalecimento da estratégia de longo prazo.

## Balanço positivo

O pedido de recuperação extrajudicial da Braskem ocorre 10 dias após a empresa informar a companhia ter informado aos acionistas

Reprodução/Video



Colapso de mina, em 2018, afetou manguezal do litoral alagoano

que reverteu o prejuízo do primeiro trimestre de 2026. A medida busca ganhar fôlego com os credores e evitar que a situação da empresa se agrave em meio aos problemas de caixa devido às perdas financeiras dos últimos anos.

Em 2018, a extração de sal-gema pela Braskem em túneis subterrâneos em Maceió provocou um afundamento do solo em cinco bairros da capital alagoana, desalojando cerca de 60 mil pessoas. Devido aos vários processos na Justiça, a companhia já desembolsou mais de R\$ 4 bilhões em compensações e auxílios financeiros para famílias e comerciantes afetados. Além disso, a empresa ainda firmou um acordo de R\$ 1,7 bilhão com a prefeitura de Maceió para ressarcir prejuízos.

Conforme o balanço divulgado no último dia 14, a companhia registrou um lucro líquido de

R\$ 3,3 bilhões no segundo trimestre de 2026, revertendo totalmente o prejuízo de R\$ 267 milhões registrado nos três primeiros meses de 2026. Já a receita líquida da companhia somou R\$ 21,7 bilhões no trimestre, o que representa um crescimento de 22% ante o mesmo período do ano anterior.

Apesar desse resultado positivo, as ações da companhia desabaram 7%, naquele dia, em razão de uma percepção negativa que já influenciava os investidores. Analistas acreditam que é difícil apontar para uma recuperação a longo prazo, já que os balanços da Braskem indicam uma oscilação forte de um período para o outro.

Na visão do analista Pedro Galdi, da AGF Investimentos, as operações foram favorecidas no trimestre em razão do aumento de preços do petróleo no mercado internacional, que foi repassado como margem

para as empresas. O especialista lembrou que o petróleo passa por um ciclo de queda no momento, com o esfriamento das tensões no Oriente Médio. Ele informou, ainda, que acredita que o resultado do terceiro trimestre da Braskem deve ser inferior ao último balanço. “O resultado foi muito bom, mas o cenário de dívida elevada ainda é complicado”, acrescentou.

De acordo com Galdi, o plano para recuperar a Braskem deve ser semelhante ao utilizado no caso da Raizen, que aprovou a recuperação extrajudicial em julho de 2026 para reestruturar uma dívida de cerca de R\$ 61,4 bilhões. “Será provavelmente uma troca de dívida por ações”, comentou. Para o analista, a entrada da Petrobras com mais força pode ser benéfica para sanar os resultados da empresa, mas pondera que o caminho para o equilíbrio da companhia ainda deve ser longo. Entre os principais credores da empresa estão detentores de títulos e instituições financeiras, como Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil, Itaú Unibanco, Bradesco e Santander.

Além do Brasil, a petroquímica possui unidades industriais nos Estados Unidos, na Alemanha e no México. A empresa se define como a maior produtora de resinas termoplásticas das Américas. Sua produção é focada nas resinas polietileno (PE), polipropileno (PP) e policloreto de vinila (PVC), além de insumos químicos básicos como eteno, propeno, butadieno, benzeno, tolueno, solventes, entre outros.

## Proteção jurídica

O pedido de recuperação extrajudicial da Braskem cria um ambiente de proteção jurídica para que a companhia negocie a reestruturação de sua dívida financeira com os credores, que ultrapassam R\$ 56 bilhões, conforme o Fato Relevante da companhia.

A partir de agora, um dos principais desafios será reunir o apoio necessário para que o plano possa ser aprovado e aplicado aos credores abrangidos. Segundo o advogado especialista em reestruturação empresarial Filipe Denki, a reforma promovida pela Lei nº 14.112/2020 tornou esse tipo de procedimento mais efetivo ao permitir a aplicação do chamado “stay period”, período em que ficam suspensas determinadas medidas contra a empresa.

De acordo com Denki, a Braskem não precisa apresentar o pedido já com o apoio definitivo dos credores. A legislação permite que a empresa dê início ao procedimento com a adesão de credores que representem pelo menos um terço dos créditos de cada espécie abrangida pelo plano.

A companhia terá até 90 dias, sem possibilidade de prorrogação, para alcançar o quórum definitivo, que exige a aprovação de mais da metade dos créditos de cada espécie incluída na recuperação. “Há aqui uma inovação fundamental da reforma de 2020: a Braskem não precisa chegar ao Judiciário já com o quórum definitivo. Pelo art. 163, § 7º, pode apresentar o pedido com a adesão de credores que representem pelo menos 1/3 dos créditos de cada espécie abrangida e terá 90 dias, improrrogáveis, para alcançar o quórum definitivo de mais da metade dos créditos de cada espécie”, afirmou.

Outro ponto relevante da reestruturação envolve o papel dos acionistas controladores da Braskem, especialmente Petrobras e IG4, em uma eventual capitalização da companhia. Para Jansonn Mendonça, especialista em reestruturação empresarial e advogado do Bento Muniz Advocacia, é preciso diferenciar a participação societária da obrigação de realizar novos aportes.

“A Petrobras detém aproximadamente 47% das ações ordinárias da Braskem, enquanto o Shine I FIP, ligado à IG4, detém pouco mais de 50%. Ambos possuem participação muito relevante na governança da companhia e, naturalmente, qualquer solução estrutural envolvendo aumento de capital dependerá das deliberações societárias e das condições previstas no acordo de acionistas”, afirmou o advogado. **(RP e PJB)**

## CONJUNTURA

# Galípolo critica estímulos ao crédito

A expansão do acesso aos serviços financeiros e ao uso do cartão de crédito no Brasil, tem como efeito colateral o endividamento das famílias, segundo o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo. Na abertura da Febraban Tech 2026, ontem, o chefe da autoridade monetária criticou a política de estímulo de crédito do governo e destacou que o aumento das dívidas dos brasileiros ocorre, normalmente, em períodos de juros mais baixos, e não quando eles estão mais elevados, como o momento atual. “Não dá para ficar contente com uma notícia de que o crédito cresceu e depois reclamar que o endividamento cresceu. O crédito que um banco ou uma instituição financeira dá é a dívida que alguém tomou. E aí, acreditem, a maior razão do endividamento é a dívida.”

Galípolo comentou, ainda, que é normal esperar um endividamento maior em um cenário de promoção ao crédito, com medidas de

estímulo a segmentos específicos, ou com a popularização dos serviços financeiros. “Toda a literatura utilizada e conhecida com todos os dados mostra que sempre o crescimento do endividamento se dá em um período onde a taxa de juros costuma estar mais baixa, e não mais alta”, acrescentou.

A taxa básica da economia (Selic) chegou a permanecer durante mais de seis meses em um patamar de 15% ao ano. O Banco Central iniciou os cortes nos juros básicos em março, e, atualmente, a Selic ainda está em um ambiente contracionista, a 14% anuais, desde a última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), realizada nos dias 4 e 5 deste mês. O mercado financeiro segue trabalhando com juros de dois dígitos até o fim de 2029.

De acordo com Galípolo, em vez de reduzir o endividamento, há um movimento atípico de elevação das dívidas das famílias com a taxa Selic mais elevada devido ao estímulo

Carlos Vieira/CB/D.A Press



Gabriel Galípolo, do BC: endividamento se dá quando o juro é baixo

do governo para o consumo. Na apresentação, ele mostrou que medidas para favorecer a tomada de crédito também contribuem com esse cenário, como o Consignado Privado para trabalhadores formais do setor privado, onde houve um crescimento de 145% nessa linha, entre março de 2025 e deste ano. No mesmo período, a inadimplência medida pelo Relatório de Política Monetária (RPM) avançou de 5% para 6,7%.

O presidente do BC reconheceu, no entanto, que nem todo tipo de endividamento é um problema. “Muito pelo contrário, como a gente falou, quando alguém toma alguma dívida, como por exemplo, no setor imobiliário e compra uma casa, ela está constituindo um ativo. O problema é você estar endividado com alguma coisa que não está constituindo um ativo, é um consumo efêmero”, frisou. **(RP)**

## Mínimo de R\$ 1.741 em 2027

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, disse, ontem, que o Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) de 2027 será “muito diferente” do que o atual governo recebeu em 2023 e informou que o salário mínimo do próximo ano será um pouco maior do que o previsto no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), para R\$ 1.741.

“Todas as definições foram tomadas e tenho muito orgulho de poder apresentar um orçamento para o Congresso, junto com o presidente Lula, que é muito diferente do orçamento de último ano da gestão que é muito robusto”, disse, ontem, o ministro a jornalistas, após reunião da Junta de Execução Orçamentária (JEO), com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para discutirem a peça orçamentária.

O Ploa de 2027 precisa ser enviado ao Congresso Nacional até 31 deste mês. “E aproveito para mencionar que também o salário mínimo, com os reajustes previstos em lei, chega a R\$ 1.741 no ano que vem e ele, necessariamente cumprindo a legislação brasileira, dentro do nosso espírito de privilegiar a população mais carente,

vai também para a Previdência, vai também para os benefícios sociais que têm a indexação do salário mínimo”, destacou.

O novo piso salarial representará acréscimo de R\$ 24 sobre a estimativa anterior do PLDO de 2027, R\$ 1.717. A previsão, que constará no Ploa reflete uma projeção de inflação maior (4,93%) pela Secretaria de Política Econômica (SPE), influenciada por possíveis impactos do El Niño nos preços dos alimentos. O cálculo também segue a política de valorização, que soma a inflação à variação do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos antes, com o limite de 2,5% estabelecido pelo arcabouço fiscal para a expansão dos gastos.

O ministro ainda disse que o reajuste valerá também para a Previdência e benefícios sociais indexados ao piso salarial e negou qualquer desvinculação. Pouco antes da reunião, o jornal *Valor Econômico* informou que integrantes da atual equipe econômica são favoráveis à discussão, em um eventual novo governo, de uma diferenciação entre a política de valorização do salário mínimo para os trabalhadores da ativa e o reajuste de benefícios previdenciários e assistenciais.